

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2003

1

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991	Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2003	Emenda nº 1–CAS (Substitutivo)
	Altera o disposto no caput do art. 103, Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	Altera o art. 103 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, com a redação dada pela Lei nº 10.839 de 5 de fevereiro de 2004.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	Art. 1º O art. 103 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 passa a ter a seguinte redação:	Art. 1º O art. 103 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.	“Art. 103. É de quinze anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo (NR).”	“Art. 103 Sem prejuízo do direito à ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, prescrevem em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, as prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.
Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.		
		§ 1º O disposto no caput também se aplica às hipóteses em que o ato de concessão de benefício for indeferido administrativamente.
		§ 2º Não correrá a prescrição durante a demora que, no estudo, no reconhecimento ou no pagamento das prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas, tiverem os servidores encarregados de estudar e apurá-la, caso em que a suspensão verificar-se-á pelo protocolo da entrada do requerimento administrativo.” (NR)

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2003

2

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991	Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2003	Emenda nº 1–CAS (Substitutivo)
	Art. 2º Esta Lei retroagirá a data de 20 de novembro de 2003.	Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de novembro de 2003.
	Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	